



Publicação Museu Lasar Segall / Unesco

## **Pensando a função educativa dos museus**

Marcelo Mattos Araújo e Milene Chiovatto

Nunca é demais reafirmar a natureza essencialmente educacional da instituição museológica. Essa constatação, aceita de modo unânime pela bibliografia da museologia contemporânea, apresenta, na prática, implicações ainda muito distintas.

Ao analisarmos os processos e atuações do museu no cenário atual, percebemos que a função educativa, implícita em sua natureza, encontra-se, no mais das vezes, restrita à ação das áreas educativas. E, mesmo essas, com frequência, ainda dimensionam suas ações com foco apenas na educação formal, o que implica uma redução do potencial educacional da instituição museológica.

Assim, é necessário explorar essas duas potências: fazer a concepção educacional permear outros âmbitos para além das áreas destinadas especificamente a essa atuação nos museus, e, por outro lado, expandir, nestas últimas, propostas que partam das características da instituição museológica e percebam como público alvo, não apenas o escolar, mas o público em geral, ou seja, todo o público potencial do museu.

## Diretrizes institucionais

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define a instituição como “permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”,<sup>1</sup> apresentando claramente a educação como uma de suas finalidades.

Com base nisso, poderíamos supor que as ações e operações de aquisição; conservação; estudo; comunicação e exposição, realizadas por essa instituição estivessem voltadas também para contemplar esse objetivo prioritário: a educação.

Entretanto, é comum percebermos, no conjunto de tais operações, um distanciamento desse objetivo em particular, muitas vezes chegando a subverter essas duas ordens, fazendo com que as operações substituam as finalidades, tornando-se um fim em si mesmas. Ou seja, não é raro encontrarmos museus que percebem como finalidade as ações e operações de aquisição, conservação, estudo, comunicação e exposição, estabelecendo, na dinâmica cotidiana, uma confusão entre meios e fins.<sup>2</sup>

Para evitar essa situação e favorecer a articulação da complexa cadeia de operações desempenhadas pelos museus em direção a seus objetivos fundamentais, é necessário ter clareza da importância em articular tais ações com base em objetivos comuns e como construções interdisciplinares. Dessa maneira, a soma de experiências e saberes específicos, envolvidos em cada uma das operações de ação museológica, pode trilhar um caminho produtivo, rumo aos fins comuns pretendidos.

Essa difícil tarefa, porém, deve ser enfrentada desde uma sólida e consistente orientação institucional permeando, assim, o museu como um todo. Nesse sentido, uma iniciativa fundamental é estabelecer, como construção também conjunta, os parâmetros de ação institucional. Ou seja, definir sua Missão, Visão e Valores. Com base na solidez da

---

<sup>1</sup> Extraído do artigo 2 dos Estatutos do ICOM, adotados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001).

<sup>2</sup> SANDELL, Richard (ed.). *Museums, society, inequality*. Londres e Nova York: Routledge, 2002, prefácio p. xvii. De acordo com Sandell, “muitos museus continuam vendo os processos de colecionar, preservar e expor não como funções pelas quais as organizações geram valores sociais, mas como fins em si mesmos”.



construção conjunta de seus conceitos norteadores, podem ser planejadas, a longo termo, as ações correspondentes. Porém, a pura construção documental desses conceitos não basta; é preciso ainda tê-los incorporados como eixos determinantes das práticas cotidianas e constantemente voltar a eles para as tomadas de decisão institucionais.

Cabe ao dirigente do museu promover a reflexão de base, a construção conjunta e utilização sistemática desse conjunto conceitual que estabelece, ao final, as intenções da instituição, oferecendo clareza de seus princípios, propostas e decisões.

Como subsídio para tal, deve-se ter sempre presente tanto o perfil da instituição (já existente ou a ser criada: os motivos de sua existência, suas características, história, tipo de coleção, localização, abrangência etc.), quanto de seu público (visitantes e não visitantes), uma vez que estamos assumindo que o museu em si é uma representação da cultura de uma sociedade / comunidade e não apenas daqueles que a frequentam.

Deve-se considerar ainda que a natureza educativa do museu ultrapassa a construção de significados sobre os objetos de sua coleção e saberes patrimoniais, e também contempla o desenvolvimento dos indivíduos e a formação de público para a cultura.

### **Educação interna**

Outra questão essencial para contemplar a natureza educativa da instituição é atuar internamente na formação constante e sistemática dos profissionais da instituição, visando o desenvolvimento de uma consciência do papel de cada um.

Todos e cada profissional atuante no museu precisa ter em mente que parte de sua atuação encontra-se atrelada à função educativa da instituição e, portanto, deve estar ciente disso e mobilizado para atingir esse fim, com as contribuições específicas de sua função.

Embora pareça óbvio, esse é um desafio enfrentado com frequência internamente ao museu. Em virtude da variedade e complexidade das atuações profissionais que o constituem, muitas vezes a instituição percebe com surpresa uma incompreensão dessa sua natureza fundante, por parte dos próprios trabalhadores.

Esse fenômeno talvez se deva a uma percepção equivocada das funções museais, reforçada por séculos de atuação dessas instituições, muitas vezes privilegiando, em sua cadeia operatória, as ações voltadas para a salvaguarda em relação àquelas voltadas para a comunicação, preocupando-se mais com suas coleções, do que com seus públicos.<sup>3</sup>

Reverter tal situação, tornando evidente a natureza educativa do museu, é uma tarefa que requer atenção especial e constante, e uma ação focal por meio de processos educativos internos, solidamente alicerçados e promovidos pela postura institucional. Ou seja, a natureza educativa do museu deve voltar-se não apenas ao público externo, aos visitantes e potenciais visitantes, mas também para dentro da própria instituição, preparando os profissionais responsáveis pelo cumprimento de sua natureza educativa.

## **Áreas educativas**

É comum que os museus, como forma de concretizar sua função educativa, constituam áreas exclusivamente destinadas à promoção de ações educativas. Essa iniciativa, que poderia ser fundamental para disseminar e potencializar os saberes específicos ligados à educação em relação às suas demais áreas, muitas vezes tem sua atuação distorcida, tornando-se responsável única pelos processos educativos desenvolvidos pela instituição.

Como exposto acima, é necessária uma firme diretriz institucional para a transformação desse panorama.

---

<sup>3</sup> “Há os que preservam por saudosismo; há os que preservam com a finalidade de valorizar ou evidenciar bens de uma escala muito subjetiva e particular, e há os que preservam para manter registros informativos, porque toda ação carece de uma informação anterior. Esta última postura reflete bem o dinamismo da preservação enquanto ação museológica (informar para agir), reaproxima objeto e homens (homem e realidade), revitalizando o fato cultural.” GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.) . Waldisa Rússio Camargo Guarnieri - textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado:Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010. v. 2. P.156.



No entanto, as áreas educativas de museus também enfrentam os próprios desafios, entre eles romper a confusão existente na associação direta entre educação e escola. A educação é um processo natural do ser humano, desenvolvido nas práticas sociais, envolvendo diferentes e variados atores, e modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência do grupo social.<sup>4</sup> Já a escola é um tipo de instituição criada para regularizar e padronizar parte desses processos naturais, propostos ali de forma intencional e com objetivos determinados, estando na atualidade (infelizmente) focada na formação profissional do indivíduo. A educação construída no âmbito escolar recebe, muitas vezes, o nome de formal, em vista dos sistemas desenvolvidos para padronizar os processos educativos, tais como a articulação do saber em disciplinas, por exemplo. O processo de educação, porém, é constituído por outros atores e instituições, com sistemas e formas diferentes daqueles da educação formal.<sup>5</sup>

Assim, é essencial que as áreas de educação dos museus estejam conscientes de que sua atuação ultrapassa as relações com a escola, embora possam e devam atuar também com estas.

Um dos maiores desafios nessa relação específica é a demanda surgida da formação dos docentes da educação formal para o usufruto qualificado da cultura. Essa demanda, possivelmente decorrente de processos de formação que desconsideram a importância desse conteúdo, levou os museus a desenvolver ações específicas para esse fim, consolidando no âmbito de suas ações educativas não formais uma prática que, em princípio, talvez não coubesse a essas instituições.

Entre as iniciativas de formação de docentes mais requisitadas está a produção de materiais de apoio à prática pedagógica. Esses materiais didáticos buscam subsidiar a construção de conhecimentos sobre o patrimônio, a cultura e os objetos culturais

---

<sup>4</sup> ROBERTS, Lisa C. *From knowledge to narrative: educators and the changing museum*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press, 1997, p. 2.

<sup>5</sup> AIDAR, Gabriela; CHIOVATTO, Milene. Ação educativa em museus. In: PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S.; CARNICEL, Amarildo (Orgs.). *Palavras-chave em educação não formal*. Holambra/Campinas: Ed. Setembro/Unicamp-CMU, 2007.

específicos, de acordo com o ponto de vista das instituições museais, favorecendo a inclusão – no currículo escolar – desses conteúdos.

Como dissemos, o público do museu não é apenas o escolar; assim, as atuações educativas propostas com base nele também não podem restringir-se a esse público.

Para isso, as áreas educativas dos museus devem estar conscientes dos diferentes perfis de público visitante, mas também se preocupar em atingir o não visitante, reconhecendo-o como possível visitante, tendo clara percepção do potencial educativo da instituição na qual atuam. Nesse sentido, é essencial a realização de uma prospecção de público, por meio de pesquisa, evidenciando o perfil dos visitantes e suas expectativas, e a ampliação da sondagem para verificar potenciais públicos do entorno da instituição, ou de sua abrangência de representação.

Com base nesse panorama será possível, então, desenvolver ações especialmente projetadas para cada perfil que se quer atender, atrair, formar e/ou incorporar como visitante do museu.

Na atualidade, para além das visitas educativas – talvez a face mais conhecida das áreas de educação em museus – e das atividades de formação de professores, podem ser desenvolvidas ações voltadas para o público especial: grupos em situação de vulnerabilidade social, famílias, crianças, idosos, adolescentes e para a própria equipe interna do museu, enfim, propostas tão variadas quanto distinto for o público.

É necessário, ainda, um processo constante de avaliação, a fim de verificar a eficácia das ações implementadas, bem como a percepção de novas oportunidades de atuação.



## Para finalizar

A natureza educativa da instituição museal deve estar presente na própria constituição, ou seja, o museu deve ser educativo *a priori*. Isso significa que tal consciência deve perpassar todas as suas instâncias e atuações, sendo uma diretriz fundamental e constante. Para tal, é necessária a consolidação dessa percepção em documentos conceituais que sejam incorporados em todos os âmbitos da atuação institucional. As áreas educativas assumiriam, nesse panorama, a responsabilidade compartilhada na consolidação dessa natureza, atuando com os diferentes e potenciais públicos do museu.

Talvez a melhor maneira de fazer isso seja a clara compreensão de que o museu é um espaço de educação e conhecimento, aberto para a experiência de todos e de cada um.